

CDU 323.33:677 (81)

OS NÚCLEOS FABRIS: A PREVENÇÃO À CIDADE E A MORALIZAÇÃO DO TRABALHADOR

Telma de Barros Correia*

INTRODUÇÃO

A construção de vilas operárias e núcleos fabris por industriais inseriu-se em uma ação mais ampla de controle social, desencadeada no Brasil nas últimas décadas do século XIX, mobilizando industriais, médicos, engenheiros, religiosos, administradores públicos, professores etc. Entendendo o meio como formador dos indivíduos e a questão social como sendo, sobretudo, de ordem moral e sanitária, estes grupos envolveram-se em um amplo esforço de regeneração social do pobre. Entre as intervenções específicas destes vários agentes estabeleciam-se conexões, delimitações e complementaridades. A higiene individual e da casa, o freio religioso, o ensino de conhecimentos práticos e de regras de conduta, as normas e regulamentos relativos ao uso e ocupação da cidade foram alguns dos instrumentos utilizados.

Construindo vilas operárias e núcleos fabris, o industrial engaja-se neste esforço coletivo de setores das classes dominantes e estabelece controles mais rígidos sobre seus operários. Busca estender para a vida cotidiana do operário o domínio que a fábrica já havia propiciado ao capitalista no processo de trabalho. Edgar de Decca mostra que o surgimento de sistema de fábricas esteve relacionado em grande parte a questões organizativas, entre as quais o interesse em maximizar a produção, pelo aumento do número de horas, da velocidade e do ritmo de trabalho. O autor expõe como a organização fabril resultou em uma nova ordem de disciplina no trabalho para o trabalhador e em um amplo controle da produção por parte do capitalista, reforçados pelas

* Arquiteta Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

tecnologias que foram progressivamente se impondo a partir da constituição do sistema de fábrica (Decca, 1991, p. 24-25). Alterar a organização do ambiente onde o trabalhador vive, de modo a impor-lhe uma nova ordem e disciplina no cotidiano, surgiu em um segundo momento, como uma estratégia complementar de aumento da produtividade do trabalho e do controle patronal sobre o operário, adotada por algumas indústrias.

As vilas operárias e, sobretudo, os núcleos fabris refletem ainda um processo de recomposição do ambiente da cidade. Tal processo de um lado busca isolar deste meio indivíduos e atividades vistos como prejudiciais, através de ações como a repressão aos cortiços e ao comércio de rua e a construção de asilos e reformatórios. De outro, procura segregar aqueles sobre os quais se pretende evitar o contágio deste ambiente, construindo vilas operárias e núcleos fabris para trabalhadores e subúrbios residenciais para a burguesia. Henri Lefebvre observa como alguns dos traços pelos quais este processo vai marcar as cidades do século vinte - a tendência à segregação social das áreas residenciais e à decomposição de centro antigo - manifestavam-se de forma bastante nítida em Manchester, já na década de 1840 (Lefebvre, 1972, p. 19). Como mostrava Engels, sob o impacto da indústria, esta cidade cresceu vertiginosamente e altera sua ordem espacial: o centro ficou restrito basicamente a escritórios e armazéns; em torno dele, os bairros operários se estenderam, entremeados de indústrias e isolados das áreas ocupadas pelas habitações da classe média e burguesia (Engels, 1985, p. 57). Separando as moradias de trabalhadores de uma mesma fábrica das do proletariado em geral, as vilas operárias e núcleos fabris expressavam essa tendência de desfazer misturas consideradas perigosas.

Embora fundamentadas em um objetivo básico único - a ampliação do controle patronal sobre o trabalhador - as experiências das vilas operárias e dos núcleos fabris se expressaram em projetos específicos bastante peculiares. Fato que torna empobrecedoras análises generalizantes que não ultrapassam as questões mais genéricas que estas experiências envolvem. Existe, em primeiro lugar, uma diferença enorme entre as vilas localizadas em cidades e os núcleos fabris - essas aglomerações novas, cuja construção envolveu projetos completos de gestão do cotidiano operário. Ao contrário das vilas, os núcleos fabris eram aglomerações isoladas, autônomas e gerenciadas com grande autonomia pela indústria. Isso significou, de um lado, que precisaram incluir atividades complementares à produção fabril - oficinas, sistemas de abastecimento de água e energia etc. - e aqueles julgados pelos patrões necessários à reprodução operária - casas, escolas, armazéns etc. Significou, por outro lado, que neles a fábrica encontrava condições excepcionais para exercer o governo local, reduzindo as interferências do Estado, de partidos, de outras empresas, de atividades consideradas nocivas e até - no caso de Pedra, em Alagoas - da Igreja. Esta autonomia no gerenciamento da vida local permitiu à fábrica subordiná-la à sua atividade produtiva. Tal autonomia torna estas experiências bastante reveladoras dos projetos de gestão operária pensados por setores da burguesia industrial da época.

Como tem sido evidenciado sob diferentes enfoques pela ampla bibliografia nacional que trata do tema, o surgimento e expansão de núcleos fabris coincidem e tem relações com diferentes questões de ordem econômica, social e política. Relacionam-se com demandas por mobilização e sedentarização de mão-de-obra para o emprego industrial, devido à resistência e inadaptabilidade dos trabalhadores aos seus ritmos e condições. Integram-se na busca de atualização das formas repressivas e de controle dos trabalhadores, em um momento de vigorosas transformações nas relações de trabalho, principalmente devido à expansão da grande indústria e à constituição de amplo mercado de trabalho livre. Relacionam-se com práticas tradicionais, centradas em noções de dever e lealdade. Inserem-se num amplo esforço de moralização e higienização das massas urbanas, que teve na habitação higiênica, na difusão do lazer, na propagação do ensino e na difusão de novos hábitos e formas de conduta alguns de seus instrumentos básicos. Tal esforço, com seus reflexos na integração do trabalhador à produção industrial, estava intimamente ligado a interesses econômicos do setor.

A construção de núcleos fabris expressa, antes de tudo, uma busca de autonomia do industrial na gestão de seus operários e uma crença na possibilidade de, através de uma intervenção abrangente no cotidiano destes, criar um grupo operário fixo, produtivo e controlável. A busca de novos instrumentos de controle sobre o trabalhador, em um contexto de grandes transformações nas relações de trabalho, encontrou nos núcleos fabris uma de suas resoluções. Os núcleos tanto viabilizaram uma certa continuidade de formas tradicionais de coerção, quanto se solidarizaram com princípios sanitistas e utilitaristas de gestão do trabalhador. Foram tentativas de criação de um meio ambiente normatizado e dirigido inteiramente em função da atividade do trabalho. Criar trabalhadores mais produtivos e submetidos à indústria implicou um esforço de recondicionamento físico e mental do operário, apoiado em severo esquema de vigilância e punição. Os núcleos fabris foram instrumentos de fixação da mão-de-obra no emprego industrial e de controle e amoldamento da família trabalhadora. A estratégia de controle social adotada tende a articular instrumentos espaciais, normas, regulamentos, vigilância e punições num amplo sistema que busca normatizar o cotidiano das famílias. Alteram-se os espaços onde se mora, modifica-se o governo do tempo, transformam-se as formas de diversão, muda-se a rotina das crianças, difundem-se novos hábitos, formas de conduta e código moral. Introduz-se enfim uma nova ordem, estreitamente vigiada, na vida do morador. Opera-se uma separação radical entre os pobres úteis à produção industrial e as "classes perigosas", resistentes à submissão à ordem burguesa.

Três experiências - Camaragibe, Pedra e a Vila Maria Zélia - são bastante elucidativas da diversidade dos projetos dos núcleos fabris brasileiros. Camaragibe foi fundado em 1891, a cerca de 18 quilômetros do Recife, pelo industrial Carlos Alberto de Menezes, um engenheiro estreitamente comprometido com a doutrina social da Igreja Católica do início do século.

Pedra foi construída a partir de 1912, no sertão de Alagoas, pelo industrial Delmiro Gouveia, um comerciante de peles e coronel profundamente envolvido na política local desse Estado e de Pernambuco. A Vila Maria Zélia foi construída em 1916, junto à cidade de São Paulo, por Jorge Street, uma liderança empresarial que reivindicava inspiração na doutrina social da Igreja para seu projeto de gestão operária.

II. CAPTURA E FIXAÇÃO

A integração de trabalhadores à atividade industrial encontrou resistências da categoria em submeter-se aos ritmos e condições de trabalho que esta atividade impunha. Faltas e abandonos do emprego eram algumas das formas de expressão desta resistência. No Brasil, a questão era abordada por industriais sobretudo como decorrência de uma suposta carência de mão-de-obra e desmoralização da classe trabalhadora, que se refletia principalmente em um descaso pelo trabalho. Tratava-se neste ponto de vista, de buscar formas alternativas de atrair, reter e assimilar ao emprego industrial massas de trabalhadores.

Camaragibe, Pedra e a Vila Maria Zélia podem ser vistos como mecanismos de captura e retenção de trabalhadores. Em Camaragibe, conforme relato de Carlos Alberto de Menezes, o oferecimento de altos salários iniciais foi o instrumento mobilizado para atrair famílias ao local (Menezes, 1900, p. 144). Em Pedra, a acolhida de flagelados da seca e a proteção a pessoas foragidas da justiça e de inimigos foram os instrumentos básicos de atração de famílias. Conforme Adolpho Santos:

Muitas vezes, chegaram na Pedra criminosos pedindo proteção; Delmiro recebia-os, amparava-os e punha-os a trabalhar como se estivessem numa escola correcional, reformadora de caracteres. Chegavam esses egressos da sociedade; porém, em sua maioria absorvente, na Pedra chegavam legiões dos que no interior nordestino vivem maltratados pela fome, vítimas indefesas das secas periódicas e das moléstias endêmicas e que ali procuravam a vida que pudesse ser vivida. E nunca lhes foi recusado guarida, trabalho e pão, além de completa assistência (Santos, 1947, p. 24-25).

Uma vez reunida no núcleo, a família é submetida a uma autoridade ampla e difusa que a controla severamente, que cria inúmeros laços de fixação ao local e que atua no sentido de mudar o modo de ser de seus membros. Na fixação ao núcleo, o isolamento espacial, a casa, o emprego de vários membros

de uma mesma família pela fábrica e os inúmeros laços e compromissos estabelecidos entre os moradores e a fábrica, o patrão, eventualmente o padre etc., são alguns dos elementos essenciais.

A busca de isolamento e de domínio sobre os fluxos de pessoas entre eles e os outros espaços é um dos elementos básicos da estratégia de controle sobre os trabalhadores nos núcleos fabris. Este fechamento no Brasil revelou uma prevenção dos industriais contra o ambiente social das grandes cidades e contra o amplo poder concentrado por chefes políticos locais sobre as pequenas aglomerações. A preferência de parte dos industriais do século XIX e início deste pela localização de indústrias no campo explica-se tanto por fatores econômicos (proximidade de fontes de energia e matéria-prima e abundância de terrenos baratos), quanto por fatores políticos e sociais, expressos sobretudo no temor do ambiente das grandes aglomerações e na prevenção contra os trabalhadores urbanos. No Brasil, o isolamento dos núcleos fabris permitiu também amenizar a ingerência sobre eles do vasto poder então concentrado pelos coronéis - e por alguns líderes religiosos - nas pequenas cidades.

A procura de isolamento em relação às cidades - aos poderes nelas estabelecidos e ao modo de vida nelas vigente - revela-se nas três experiências que abordamos neste texto, nas quais se buscou reunir no interior do núcleo tudo o que se concebia como necessário à produção e à vida do operário. Em Camaragibe havia fábrica de tecidos, fábrica de tijolos, dois açudes, matas, oficinas, sistema de abastecimento de água e de esgotamento, moradias, alojamentos para solteiros, armazém, padaria, escolas, capela, consultório médico, clube musical, associações católicas e sociedade dramática (Boletim, 1908). Pedra tinha fábrica, curtume, olaria, serviço de abastecimento de água e de energia elétrica, atividades agropecuárias, açudes, moradias, escolas, padaria, loja, farmácia, agência de correio e telégrafo, cassino, ringue de patinação, médico, dentista e hotel (Correia, 1993). Ante o hábito do homem do campo de ir à feira, a fábrica criou uma feira semanal - aos domingos para não afetar a produção - no interior do núcleo. A Vila Maria Zélia contava com fábrica, moradias, alojamentos para solteiros, escolas, creche, praça, restaurante e salão de baile (Teixeira, 1990, p. 75 e 96). Conforme Jorge Street, este era uma lugar capaz de reter seus moradores evitando o "contágio" do ambiente da cidade, por permitir ao operário a

...possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade de vida, nem para a educação dos filhos, deveres religiosos, distração nas folgas dominicais, dando uma banda de música, formada entre os próprios operários, seus concertos em festa e não faltando jogos esportivos e espetáculos para amenizar, de certo modo, a monotonia da

Os núcleos fabris: a prevenção à cidade e moralização do trabalhador

vida do trabalhador. Consegui assim, proporcionando, também, aos operários, distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que freqüentem bares, botequins e outros lugares de vícios, afastando-os especialmente do álcool e do jogo (Cusano, 1980, p. 445)

Na Vila Maria Zélia não era permitida a sublocação de quartos da casa, nem a permanência nela de pessoas que não pertencessem à família (Teixeira, 1990, 86-87). Em 1920, A Plebe denunciou o isolamento a que eram submetidos os moradores do núcleo, qualificando-o de feudo:

Referimo-nos à fábrica Maria Zélia, a cujo redor a Companhia Nacional de Juta construiu uma cidade isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores seus capatazes e o padre da igreja da vila, impera discricionariamente, de maneira absoluta, encontrando-se os que por necessidade ali vivem numa situação de escravos livres (Rago, 1985, p. 183-184).

Sobre Camaragibe, Carlos Alberto de Menezes apontava que uma das vantagens do sistema era que "...o pessoal mantém-se fixo e ligado à fábrica por si e por suas famílias" (Menezes, 1900, p. 144).

III. A PREVENÇÃO À CIDADE

Nos núcleos fabris a imposição de um novo modo de vida - higienizado, moralizado e disciplinado - encontrou um campo mais favorável que nas cidades existentes, apoiando-se na concentração do poder da indústria sobre o lugar. Foram, por este motivo, vistos por muitos de seus contemporâneos como cidades ideais, lugares presididos pela razão. Imunes aos males atribuídos às grandes cidades - miséria, amontoamentos, epidemias etc. - à estagnação das pequenas e ao atraso do campo, os núcleos fabris pareciam apontar para uma solução definitiva de cidade na era industrial.

Da cidade os núcleos fabris negam a autonomia relativa dos moradores - da vida doméstica, das formas de diversão, do uso do tempo; negam as misturas de atividades, as relações intensas, as concentrações confusas de pessoas e objetos dos centros comerciais, os contatos íntimos e os eventos imprevisíveis que emergem dessas concentrações e misturas; negam a idéia de cidade como morada, abrigo e refúgio, com seus inúmeros pontos de transição entre a casa e a rua ou o trabalho. Da cidade existente buscam desfazer tudo que contribua para a formação de um meio visto como propício à propagação de doenças, de

vícios e de comportamentos independentes. Procuram não apenas suprimir os pontos de parada, como eliminar as grandes distâncias entre a casa do pobre e o local de trabalho, entre seu cotidiano e as vistas do patrão.

Os núcleos fabris resgatam e articulam outros elementos atribuídos à vida urbana e à rural de forma inovadora. Do mundo rural mantêm a idéia de uma unidade produtiva fechada, onde vida e trabalho estão amplamente subordinados ao patrão. Do campo negam os ritmos regulados pelo calendário agrícola, impondo pela violência e pela educação uma nova forma de percepção e governo do tempo. Pelo assalariamento de homens, mulheres e crianças, introduzem novas relações de trabalho. Da relação do agricultor com o patrão, no entanto, mantêm a prática de concessão de moradia, de prestação de favores e de controle sobre a vida doméstica do trabalhador.

As amplas e desocupadas vias de terra de Pedra estão no limite entre uma rua urbana e um terreiro de fazenda. Sua ordem espacial conjuga o isolamento espacial e as moradias em arruados de fazendas e usinas com princípios pensados para o ordenamento da cidade, expressos na idéia de espaços públicos e privados bem delimitados, saneados e normatizados. Suas formas arquitetônicas articulam elementos do repertório eclético - janelas ogivais, chalés, lambrequins - com elementos da arquitetura tradicional do campo nordestino - alpendres, triângulos e ventilação, simplicidade e limitação de ornamentação.

Em Camaragibe, a dimensão reduzida, as baixas densidades, as ruas de terra e a presença do verde dos jardins, da arborização das ruas e das matas circundantes eliminam do núcleo o aspecto de cidade. Nada, na quietude de suas ruas desertas, sugere uma vida urbana. A concessão, pela fábrica, de terras para culturas de subsistência reforça na rotina do lugar a idéia de uma vida campestre. A rotina de seus moradores no trabalho fabril, nas escolas, nas festas religiosas e no lazer coletivo e regrado dos domingos, no entanto, os afastam da noção de vida no campo.

Mesmo localizada junto a uma grande cidade e tendo uma organização interna tipicamente urbana - ruas calçadas, casas conjugadas etc. - a Vila Maria Zélia fecha-se em relação à cidade e elimina de seu interior elementos relacionados ao modo de vida urbano. Converte-se, antes, naquilo que Jorge Street denomina de “*estabelecimento*” (Cusano, 1980, p. 455), uma unidade produtiva ampliada, que além de mercadorias conserva e produz trabalhadores produtivos.

Esta negação da cidade reflete uma prevenção dos industriais contra ela. Para Carlos Alberto de Menezes, a reunião de pessoas em grandes fábricas, concentradas em cidades industriais, agravava profundamente as condições morais da classe trabalhadora. Ao colocar em contato estreito pessoas de sexo e idade diferentes, de procedência e educação as mais diversas, tais ambientes eram vistos como favoráveis à constituição de redes de sociabilidade perigosas, extremamente propícias à degradação dos costumes:

As grandes fabricas (...), pertencentes a

sociedades anonymas, começaram por se collocar nos melhores pontos, quer pela abundancia da materia-prima, quer pela proximidade de grandes mercados consumidores, quer pela facilidade de transportes, quer pela força motriz natural; e esses melhores pontos tornaram-se os centros industriaes. Cada uma das fabricas ocupa centenas, sinão milhares, de pessoas, de todas as edades e sexos; todas as fabricas reunidas ocupam milhões.

Para taes centros concorreu uma verdadeira população de todas as procedencias, de todas as educações.

Dentro de uma mesma grande fabrica trabalham confusamente, promiscuamente, individuos de todas as edades, sexos e condições; e trabalham diariamente, vendo-se, encontrando-se, acotovelando-se, em uma intimidade inevitavel e cheia de perigos. Si saem da fabrica, a mesma intimidade continua fora, desenvolvendo-se então num campo muito maior, quando as fabricas são proximas, traduzindo-se em passeios em commum, nos divertimentos, nas danças, em tudo enfim quanto interessa e distrae.

Não seria difficil prevêr o resultado de tal situação, si os factos não estivessem ahi a fallar eloquentemente.

Leão Harmel, o grande industrial christão, disse em um rasgo eloquente que o fumo que sahia das chaminés collosaes das grandes fabricas modernas, era negro, como negra era a atmosphaera moral que alli se respirava.

É esta a pura verdade. Desse contacto, dessa convivencia, dessa intimidade resulta uma immoralidade enorme: raparigas perdidas, mulheres casadas corrompidas, além do jogo, das danças immoraes, de toda a sorte de vicios enfim” (Menezes, 1900, p. 131).

Esta prevenção contra a cidade é solidária a todo um movimento de recomposição do urbano, pelo qual alguns de seus componentes vão sendo

retirados desse meio e segregados em locais específicos, dentro ou fora da cidade. Simultaneamente procura-se isolar do meio urbano pessoas ou atividades vistas como nocivas e aquelas que se pretende salvaguardar do contágio desse ambiente. Recolhem-se a asilos, sanatórios, penitenciárias e reformatórios os indivíduos improdutivos ou incômodos à ordem burguesa, aqueles que resistem a ocupar o lugar nela reservado ao despossuído. Do centro das cidades - estes locais dos quais a burguesia não abre mão de um amplo domínio - procura-se afastar os cortiços e os comerciantes de rua. Ao mesmo tempo, as camadas de maior renda buscam se isolar em subúrbios residenciais e em centros de comércio e lazer - como o Derby, construído em 1899 por Delmiro Gouveia, no Recife.

Deste movimento, emergem os núcleos fabris reunindo trabalhadores produtivos e procurando separá-los de tudo o que os possa desviar de uma vida regrada e voltada ao trabalho. Enquanto busca se proteger do meio urbano, a burguesia procura resgatar trabalhadores úteis da massa difusa dos pobres urbanos, tentando resguardá-los de doenças, de vícios e de idéias socialistas. Algumas vezes - caso de Pedra e Camaragibe - optou-se por levar ao núcleo um número reduzido - apenas o indispensável - de trabalhadores vindos de grandes cidades, privilegiando-se o trabalhador de origem rural. Isolados e fixados nos núcleos fabris, grupos operários são submetidos a um amplo programa de moralização e a severos instrumentos de controle, voltados a qualificar suas forças para o trabalho industrial e sujeitá-los à autoridade do patrão.

IV. O FREIO PELA RELIGIÃO E PELO TRONCO

O isolamento dos núcleos fabris refletiu não só uma busca de conter a vida da família operária no seu interior, como de evitar a ingerência nele de outros poderes que competissem com o da fábrica. No núcleo fabril, todos os agentes de controle social - o médico, o professor, o padre - são funcionários da fábrica, enquanto a polícia é substituída por uma guarda privada. Para obter maior autonomia, a fábrica de Pedra arrematou os impostos municipais sobre lojas e feira à Prefeitura de Água Branca. No mesmo sentido, enquanto Delmiro Gouveia viveu não havia igreja nem cerimônias religiosas em Pedra, fato surpreendente considerando a religiosidade do sertanejo e a prática dos industriais construtores de núcleos fabris de mobilizar a religião nos seus projetos de controle da vida operária. Alegando que "...o trabalho era sua fé" (Santos, 1947, p. 38) e que "na Pedra, ele era tudo: Deus, o Diabo, a mais alta autoridade" (Lima Júnior, 1963, p. 315), Delmiro desdenhava do auxílio da Igreja e de suas normas na condução da vida local. Na rotina de Pedra, as cerimônias religiosas eram substituídas por formas novas de lazer. O desprezo de Delmiro pelas normas da Igreja revela-se inclusive na organização do carnaval: para não parar a fábrica durante três dias para a festa, o industrial resolveu fazer os bailes no domingo de carnaval e nos dois domingos seguintes, em plena quaresma! (Correia, 1993, 219 220 e 236). A ausência da Igreja em

Pedra está menos relacionada com as crenças pessoais de Delmiro - até porque em outro empreendimento anterior no Recife, o Derby, a realização de cerimônias religiosas foi freqüente - que com a busca de evitar uma autoridade que concorresse e eventualmente se chocasse com a sua. De fato, não é difícil imaginar a emergência de contradições entre a Igreja - por mais condescendente que pudesse ser com os poderosos - e as práticas violentas de punição aos operários adotadas em Pedra, que incluíam espancamentos, graves repreensões e o uso do "tronco" - denominação dada à prática de amarrar operários faltosos em uma árvore existente na frente da fábrica.

Em Camaragibe e na Vila Maria Zélia, ao contrário, a Igreja ocupou um lugar central, o que no entanto, não significou uma perda de autonomia da fábrica ante uma força externa. Nestes casos a fábrica tinha uma capela de sua propriedade e mantida por ela, e um padre próprio - também pago pela fábrica - com discurso e prática profundamente afinados com o projeto social dos patrões. Esta autonomia da fábrica em relação às igrejas normais, foi defendida por Carlos Alberto de Menezes no Congresso Católico de 1900. Na ocasião, ele considerava que cada fábrica - mesmo estando localizada próxima a uma igreja - possuíse sua própria capela, com padre em regime de dedicação integral e "*consciente da questão social*" (Menezes, 1900, 135). A mobilização da religião teve reflexos em vários níveis da vida social dos núcleos, nos fundamentos que o patrão busca para sua autoridade e na própria postura deste face aos moradores.

Na Vila Maria Zélia o ensino religioso era ministrado nas escolas e os alunos obrigados a ir à missa e comungar aos domingos, sob pena de sofrerem castigos. Para morar na Vila era necessário declarar-se católico. O papel da religião na formação de um operário dócil e trabalhador foi enfatizado pela diretoria da fábrica em 1926:

O reverendíssimo Sr. Capelão fundou a "Cruzada Eucarística" com ótimo resultado. É um meio eficaz de conservar as virtudes da pureza, da obediência, da docilidade, nos corações das crianças que Nosso Senhor tanto ama. Crescendo dentro deste ambiente os meninos de hoje serão os honestos operários de amanhã (Rolnik, s/ data, p. 75-76).

A religião católica tinha um papel central no cotidiano de Camaragibe. O próprio prédio da Fábrica, parcialmente circundado por uma galeria marcada por uma sucessão de arcos, se remete aos claustros de igrejas e mosteiros coloniais, referência que é reforçada pela localização de uma capela no seu interior. O templo religioso e o templo da produção se confundem neste lugar. Imprimir um caráter sagrado ao mundo árido das máquinas e à lida diária de seus operadores parece ser um dos objetivos de sua concepção. Sobre essa peculiar localização da capela, afirmou o proprietário da Fábrica.

...o Divino Jesus Sacramentado está como Rei e Senhor residindo no meio dos operários nas horas de trabalho (Wedemayer, 1922, p. 10)

A intenção de mobilizar a autoridade divina em favor da produção e do controle operário percorre toda a organização de Camaragibe. A religião, no entanto, é utilizada de forma inovadora para a época, em consonância com a doutrina social da Igreja, sistematizada pela Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891. Muito além de seu papel de freio moral e de suas tradicionais práticas e rituais, a religião é utilizada como fundamento de uma nova ordem moral que se quer implantar, sedimentada, sobretudo, na criação de uma série de associações. Tais associações - "*destinadas a unir e a desenvolver cada classe*" (Menezes, 1900, p. 139) - congregavam grupos de moradores do núcleo, conforme o sexo e a idade. Havia a Associação das Mães Christãs, das Filhas de Maria, dos Santos Anjos, de Santa Filomena, de São Vicente de Paulo, de São Luiz Gonzaga, Círculo Operário de São Miguel e Apostolado da Oração (Menezes, 1900, p. 141-142). As escolas eram dirigidas pelas Irmãs da Sagrada Família e pelos Irmãos Maristas. Também o Padre - da Congregação do Sacré Coeur de St. Quentin - foi trazido da França pela fábrica. Seu salário, como o do sineiro, e demais despesas da capela, eram pagos pela Corporação Operária, mantida com recursos da fábrica e contribuições compulsórias dos operários (Corperação, 1905, p. 8). Para Carlos Alberto de Menezes, só os princípios religiosos eram vistos como eficazes para moralizar e servir de "*freio íntimo*" a famílias operárias, por estarem sustentados em uma autoridade extremamente forte e por serem os únicos capazes de ser assimilados por pessoas *ignorantes e grosseiras*" (Menezes, 1900, p. 132).

Ao contrário de Menezes, Delmiro Gouveia mobilizava sobretudo princípios baseados em "*verdades da ciência*" - da medicina e da higiene principalmente - e em noções de civilidade - idéias de respeito e de "*boas maneiras*". A esta autoridade de homem esclarecido pelos conhecimentos do mundo moderno, Delmiro aliava a do coronel que espera obediência e lealdade de seus subalternos, e não hesita em obtê-la pela força. Ao poder do conhecimento buscava aliar o do indivíduo influente - sua riqueza e capacidade de proteger e de punir. Essa dupla autoridade se converteu, em Pedra, em um sistema extremamente severo e limitador. Nada escapava ao olhar e ao julgamento do industrial, que verificava pessoalmente a limpeza das ruas e das casas, as vestes, a higiene, o arranjo dos cabelos e os modos dos moradores, a pontualidade e o desempenho no trabalho, as frequências às escolas e aos ensaios da banda de música. Conselhos, reprimendas, multas e castigos corporais eram distribuídos, conforme a gravidade das faltas que julgava surpreender (Correia, 1993).

Enquanto Delmiro Gouveia encarnava a figura do patrão rígido e cruel, Carlos Alberto de Menezes e Jorge Street buscavam adotar a imagem do patrão como um amigo, um ente caridoso, piedoso e acessível. Se em Pedra a ênfase

Os núcleos fabris: a prevenção à cidade e moralização do trabalhador no controle social foi posta em mecanismos de violência explícita, nos outros dois núcleos foram privilegiadas formas discretas e sutis de disciplina, através de mecanismos de autocontrole e de mútua vigilância entre os moradores. Nos três casos, o respeito é buscado pelo medo - seja do patrão, do familiar ou do colega, seja da degradação pública, das perdas financeiras ou da exclusão de benefícios.

V. AS EXPERIÊNCIAS MODELO E A AUTOPROMOÇÃO DOS PATRÕES

A exacerbação do controle patronal sobre seus operários na experiência de núcleos fabris - controlando relações e movimentos, penetrando no espaço doméstico e supervisionando hábitos - foi interpretada por alguns observadores da época como indício de devotamento do industrial pelos trabalhadores. O patrão surgia em muitos relatos como indivíduo esclarecido, que num gesto de grandeza empregava parte de seu tempo na tarefa de zelar, ensinar e educar seus operários, como um indivíduo exemplar, cuja maneira de ser se prestava de modelo aos trabalhadores. Esta suposta influência benéfica era vista como favorecida pelo contato estreito, entre ambos, que o núcleo fabril propiciava. Um elemento comum entre Pedra, Camaragibe e a Vila Maria Zélia foi o empenho dos patrões em acompanhar de perto a vida das famílias operárias, prática que procuravam mostrar como dirigida ao bem-estar destes.

Jorge Street revela sua noção do patrão como guia esclarecido e dedicado:

...conhecendo, como me prezava de conhecer, a mentalidade e a cultura do nosso operariado, eu entendia que deveríamos até melhores tempos passar por um período intermediário, em que nós patrões servíssemos ainda de conselheiros e guias...
(Street, 1980, p. 448).

Tal missão implicava, no seu entender, um contato direto com o trabalhador:

Trabalhei sempre no número dos industriais que não se limitam a dirigir dos seus escritórios o movimento dos seus negócios, mas que tinham especial prazer em manter com seus operários íntimo contato na sua vida de trabalho. Esse prazer aliava-se a um sentimento íntimo e instintivo de dever, que me fazia visitar diariamente as fábricas, percorrendo a horas várias todas as suas seções e assistindo mesmo, muitas e muitas

vezes, à entrada e à saída dos operários
(Cusano, 1980, p. 447).

Carlos Alberto de Menezes também comungava desta idéia - amplamente favorecida pelo núcleo fabril - do patrão vivendo entre seus subalternos, mostrando interesse por seus problemas particulares e dando-lhes exemplos de trabalho, moral e simplicidade, e em troca conquistando confiança, respeito e amizade dos operários. Considerava que a tarefa de submeter o operário à ordem burguesa - atenuando o sentimento de revolta que esta fatalmente desperta nele - exigia dos patrões esforço e dedicação extrema, tais as renúncias e os cuidados necessários para aparecer como uma autoridade legítima, como "*o chefe da família operária*" (Menezes, 1900, p. 136-137).

O controle ostensivo e direto dos operários também era prática de Delmiro Gouveia. Conforme Adolpho Santos:

Todos os dias, pela manhã, invariavelmente, Delmiro fazia demorado passeio de fiscalização pela vila operária, aconselhando uns, repreendendo os faltosos, impondo costumes de educação doméstica, verdadeira romaria de evangelizador exercendo a catequese de civilização naquele centro semibárbaro (Santos, 1947, p. 37).

Estas representações solidarizam-se com a idéia do industrial como um homem que trabalha e que é solidário com os demais trabalhadores, empenhando-se na melhoria de suas condições de vida. Expressam a noção do industrial como indivíduo que assume a responsabilidade pela situação moral e material dos seus operários e que, para tanto, está inclusive disposto a abdicar de parte de seus lucros e de seu tempo.

Neste sentido, Cusano mostra a reforma social como o objetivo básico da ação empresarial de Jorge Street:

E nada mais faz que aperfeiçoar todos os dias a obra por ele criada com tanto amor. O desenvolvimento e o progresso da fábrica são para ele uma coisa quase que secundária (Cusano, 1980, p. 465).

Por que o Dr. Street e sua digna consorte passam a vida no meio da gente miúda daquela pequena cidade, por eles fundada no Belenzinho! Eles não são desses milionários que gozam a vida no luxo mais desenfreado, ofendendo, com a ostentação de sua riqueza, a miséria daqueles que

Os núcleos fabris: a prevenção à cidade e moralização do trabalhador

produzem a mesma riqueza (Cusano, 1980, p. 457).

No mesmo sentido Assis Chateaubriand escreveu em 1917, referindo-se a Pedra:

O sr. Delmiro Gouveia é o autor único de toda aquela sociabilidade; foi ele quem a acumulou, condensou e exprimiu nas formas extraordinárias com que ela subjuga hoje a nossa admiração. Ele é o intermediário, o porta-bandeira da civilização naquele rincão longínquo, desamparado dos governos, desagregado do resto do país, as populações vivendo à toa, sem escolas, entregues exclusivamente à cupidez dos fiscos municipais e à mercê do destino.

O sr. Delmiro Gouveia surge à margem do São Francisco como a grande energia solitária e dominadora, o braço terrível que nos aproxima pouco a pouco daquela coordenada histórica - o tempo, a qual segundo Euclides da Cunha nos separa daqueles nossos patricios do interior.

Há nesta audácia desempenada um misto de arrojo yankee, de disciplina teutônica e de urbanidade latina, caldeados pelo sol meridiano (Chateaubriand, 1990, p. 64-65).

A idéia do patrão como indivíduo voltado ao bem-estar de seus operários se revela no depoimento de Luiz Correia de Brito sobre Carlos Alberto de Menezes:

Desde os primeiros passos, ao mesmo tempo que o engenheiro projectava uma grande fábrica, attendendo a todos os detalhes technicos, o catholico não se descuidava da organização moral, fundada sobre o sentimento religioso do qual esperava com inteira confiança todos os fructos de bem-estar moral e material para a massa de operarios que ia dirigir como patrão christão, isto é, como companheiro de trabalho, como pae e como amigo (Brito, 1910, p. 324).

Também referindo-se a esse industrial, o padre Bernardo Wedemayer

ressaltou seu empenho em “...trabalhar tão brilhante e desinteressadamente em prol da classe operária” (Wedemayer, 1922, p. 4-5). Para legitimar a intervenção do patronato na vida do operário, Carlos Alberto de Menezes recorre até a uma suposta missão divina:

...nós temos cargo d'almas; nós temos que responder perante Deus por essas almas, como temos que responder pelas almas de nossos filhos.

O Patronato é uma segunda paternidade (Menezes, 1900, p. 136-137).

O compromisso com Deus, a autoridade paterna, as “leis” da ciência e da moral, o que possa parecer mais sagrado e legítimo é mobilizado para conferir um caráter altruísta ao violento esforço patronal para submeter um operariado, visto como imoral e potencialmente inconformado com a ordem burguesa.

Os núcleos fabris prestaram-se à promoção de seus criadores. A busca de projeção pessoal não pode ser negligenciada entre as motivações que levaram alguns industriais a darem especial atenção a alguns aspectos mais visíveis da organização destas aglomerações. É evidente o empenho de alguns patrões em inserir na estrutura dos núcleos que criaram testemunhos explícitos das idéias de ordem e civilidade correntes entre as elites da época. Tal empenho dirigia-se, em parte, no sentido de converter seus núcleos em comunidades-modelo e através deles, se autopromoverem. Este sem dúvidas foi o caso de Jorge Street - liderança empresarial -, Alberto Menezes - líder católico social - e Delmiro Gouveia - um coronel profundamente envolvido nas lutas políticas em Pernambuco e Alagoas. Em Delmiro, o empenho em promover Pedra, junto a pessoas-chave (jornalistas, políticos etc.) e à opinião pública em geral, refletiu uma estratégia de marketing da fábrica - envolvida numa árdua disputa de mercado com a Machine Cotton e constantemente pleiteando favores públicos para se viabilizar - e de autopromoção do industrial. Jorge Street, antes mesmo de concluir a construção da Vila Maria Zélia, já divulgava na imprensa o “paraíso” que estava criando para os operários e os indivíduos ordeiros que este lugar geraria. Procurava com isso levar ao público as idéias de que havia meios de promover uma melhoria da condição do trabalhador e de que havia industriais capazes de investir nela. Carlos Alberto de Menezes e outros proprietários e gerentes da Companhia Industrial Pernambucana empenharam-se exaustivamente em divulgar suas idéias de gestão operária e a experiência de Camaragibe em conferências, em congressos e associações católicas e através da imprensa, mostrando-as como testemunho da possibilidade de uma cooperação pacífica e proveitosa entre o industrial e seus operários. A experiência de Camaragibe colocou Menezes como o principal intérprete da questão social nos congressos católicos brasileiros do início do século.

Esse empenho dos industriais no sentido de difundir as experiências de núcleos fabris, visando inclusive convencer outros industriais acerca da

eficácia desse sistema de controle e amoldamento do trabalhador, expressa um esforço mais amplo de organização da sociedade do trabalho no Brasil. Insere-se numa ação abrangente de grupos e indivíduos - industriais, religiosos, intelectuais etc. - que reúne elementos os mais diversos: princípios liberais, noções positivistas, idéias do catolicismo social, técnicas de controle social e ordenamento espacial desenvolvidas por médicos e engenheiros, noções de civilidade, princípios de dever e lealdade. Interesse econômico imediato e concepções pessoais deram forma a ações individuais que expressaram um momento crucial na ação da burguesia industrial nacional no sentido de organizar seus negócios e a submissão do trabalho.

Os casos de Pedra, Camaragibe e Maria Zélia revelam que essas ações, embora com um fim último comum, comportaram projetos diversos. Se os industriais se deparavam com problemas semelhantes, diversas eram as estratégias de que lançavam mão buscando equacioná-los. As três experiências evidenciam como variava o comportamento que os industriais julgavam que deviam adotar no trato com os seus operários e as estratégias que consideravam mais eficazes para formar o operário produtivo, fixo, regrado e submisso que todos eles almejavam. Em meio às diversidades, alguns pontos em comum sobressaem: a segurança e a saúde como norteadores da organização dos espaços, vista como base para um cotidiano regrado e para a formação de trabalhadores modelares; a ênfase na higiene, na educação e nas formas coletivas, regradas e visíveis de lazer; a idéia de um patrão com grande autonomia de ação, vivendo em contato estreito com seus operários e com uma autoridade sobre estes apoiada em algo julgado inquestionável, seja a religião, a autoridade paterna, a ciência ou a violência.

BIBLIOGRAFIA

BOLETIM da Companhia Industrial Pernambucana para a Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Papelaria União, 1908.

BRITO, Luiz Correia de. O movimento social catholico em Pernambuco. In: CONGRESSO CATHOLICO BRASILEIRO, 2, 1908, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Off. d'O Universo, 1910. p. 323-332.

CHATEAUBRIAND, Assis. Uma resposta a Canudos. In: *Resposta a Canudos: reportagens e ensaios*. Recife: COMUNICARTE; Brasília: Fundação Assis Chateaubrind, 1990, p. 59-71.

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra (1914-1917). Um estudo do plano e*

do cotidiano de um núcleo fabril no sertão. Memorial de Qualificação. FAU/USP. São Paulo, ago. 1993.

CORPORAÇÃO Operária de Camaragibe, Oitavo Relatório, de 1 de julho de 1904 a 30 de junho de 1905, apresentado em Assembléia Geral de 27 de agosto de 1905. Recife: Typ. Silva & Ribeiro, 1905.

CUSANO, Alfredo. Companhia Nacional de Tecido de Juta. Uma organização social ideal. II Brasile...gl'Italiani e la guerra. Sudamericana Imprensa di Propaganda e Publicitá, Roma-Buenos Aires - São Paulo, 1912. In: *Idéias Sociais de Jorge Street. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*. Ação e Pensamento da República. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 453-468.

DECCA, Edgar de. *O Nascimento da Fábrica*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1911. (Coleção tudo é história).

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

GÓES, Lauro. *Recordações de um passado relativamente bem vivido, mas que jamais desejaríamos fazê-lo reviver (1914-1917)*. Recife, 1962. (manuscrito).

LEFEBVRE, Henri. *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Póvoa de Varzim: Ed. Ulisseia, 1972.

LIMA JÚNIOR, Feliz. *Delmiro Gouveia: o Mauá do sertão alagoano*. Maceió: Dep. Estadual de Cultura, Gov. de Alagoas, Maceió, 1963. (Coleção vidas e memórias).

MENEZES, Carlos Alberto de. *Discurso na Quinta Reunião Geral do Primeiro Congresso Catholico Brasileiro, realizado na Bahia de 3 a 10 de junho de 1900, Actas e documentos*. São Paulo: Typ. a Vapor Pauperio & Comp., 1900. p. 123-145.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: geografia e poder)*. São Paulo, s/data. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

SANTOS, Adolpho. *Delmiro Gouveia, Depoimento para um estudo biográfico*. Recife, 1947. (mimeo).

- STREET, Jorge. Inquérito sobre as relações industriais no Brasil. Artigo publicado em “Legislação do Trabalho”, São Paulo, junho de 1937. In: *Idéias Sociais de Jorge Street, Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*. Ação e Pensamento da República. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 447-450.
- TEIXEIRA, Palmira P. *A Fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- WEDEMAYER, Padre Bernardo. *Dr. Carlos Alberto de Menezes, Conferencia Realizada no Circulo Catholico do Recife no dia 4 de setembro de 1921*. Recife, Escolas Typ. Salesiana, 1922. -